

RECURSO ESPECIAL Nº 1.688.911 - RJ (2017/0186919-1)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : **JOSÉ MARCO TAYAH**
ADVOGADO : **MARCO TAYAH - RJ011951**
RECORRIDO : **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECAO DO ESTADO DO RJ**
ADVOGADOS : **ERLAN DOS ANJOS OLIVEIRA DA SILVA - RJ157264**
: **THIAGO GOMES MORANI - RJ171078**

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por José Marco Tayah, com fulcro na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo TRF da 2ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 472):

ADMINISTRATIVO. PREVIDENCIÁRIO. ADVOGADO CONTRATADO PELA OAB. REGIME CELETISTA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. LEGALIDADE DO ATO DA AUTORIDADE IMPETRADA.

1. No caso, o impetrante firmou com a OAB/RJ contrato de trabalho de experiência, pelo prazo de 90 dias, prorrogável por tempo indeterminado, em 18.11.1991, já sob a vigência do Decreto-Lei nº 968/69, na qualidade de empregado, destarte, regido pela CLT, tendo, desde então, optado pelo FGTS.
2. Conforme se conclui dos documentos dos autos, o impetrante, desde sua admissão nos quadros da OAB/RJ, está sujeito à legislação trabalhista, não se lhe aplicando, nem o art. 79, § 1º, da Lei nº 8.906/94, tampouco a Lei nº 8.112/90.
3. O então Presidente da OAB/RJ, ao tomar conhecimento dos fatos apurados no Inquérito Policial nº 0935/2009-5, e, considerando que o impetrante, à época, era empregado daquela seccional, agiu no estrito cumprimento do dever legal ao afastá-lo temporariamente, com a suspensão de sua remuneração, em 16.08.2011, não havendo que se falar em prévio processo administrativo disciplinar para esse fim, porquanto o impetrante não é regido pela Lei nº 8.112/90, mas sim pela CLT.
4. Apelação desprovida.

Embargos de declaração rejeitados.

Em suas razões, o recorrente sustenta violação dos arts. 148 da Lei n. 4.215/1963; 79 §§ 1º e 2º, da Lei n. 8.906/1994; e 6º, *caput* e § 2º, da LINDB, ao fundamento de que "[...] a OAB/RJ reconhece que os seus servidores são regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos, atribuindo aos servidores que ingressaram em seus quadros sob a égide da Lei 4.215/1963 a qualidade de direito adquirido (artigo da 6º, *caput* e § 2º, da LINDB)" (e-STJ, fl. 505).

Superior Tribunal de Justiça

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do recurso.

Com contrarrazões.

É o relatório.

Inicialmente, verifica-se que, a despeito da oposição de embargos de declaração na origem, não houve juízo de valor a respeito dos arts. 183, 490 e 492 do CPC/1973 (e das teses a eles vinculada), fazendo incidir o teor da Súmula 211/STJ.

Noutro passo, como bem apontado pelo MPF, o entendimento assentado pela Corte de origem alinha-se à jurisprudência do STJ no sentido de que, conforme orientação do Pretório Excelso no julgamento da ADI n. 3.026/DF, a OAB não possui natureza de entidade autárquica, de forma que seus contratos são regidos pelas disposições da CLT. A propósito:

DIREITO ADMINISTRATIVO. CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL. NATUREZA JURÍDICA. AUTARQUIAS CORPORATIVAS. REGIME DE CONTRATAÇÃO DE SEUS EMPREGADOS. INCIDÊNCIA DA LEI N. 8.112/90.

[...]

6. As autarquias corporativas devem adotar o regime jurídico único, ressalvadas as situações consolidadas na vigência da legislação editada nos termos da Emenda Constitucional n. 19/97.

7. Esse entendimento não se aplica a OAB, pois no julgamento da ADI n. 3.026/DF, ao examinar a constitucionalidade do art. 79, § 1º, da Lei n. 8.906/96, o Excelso Pretório afastou a natureza autárquica dessa entidade, para afirmar que seus contratos de trabalho são regidos pela CLT.

[...]

(REsp 507.536/DF, Rel. Min. JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 18/11/2010, DJe 6/12/2010)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ e a Súmula 568/STJ, conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator